

## OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ENSINO REMOTO

Valdir Silva Vasconcelos<sup>1</sup>  
Walber Christiano Lima da Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma análise acerca dos processos de formação continuada dos professores, vivenciados no âmbito da educação infantil durante o período de distanciamento social, de modo a buscar compreender como foram desenvolvidas as aulas na modalidade do ensino remoto durante a pandemia da covid-19, visando refletir acerca das fragilidades e dos percalços vivenciados durante esse percurso nas escolas do município de Marabá, Pará. Ademais, busca-se ainda discutir acerca dos dilemas e também de alguns desafios da manutenção da formação continuada em tempos de pandemia, de modo a trazer para o centro das discussões as situações didáticas reais e cotidianas dos professores. De caráter qualitativo, por meio de revisões bibliográficas em acervos físicos e digitais, buscou-se mostrar que o ensino remoto é inadequado para a Educação Infantil, diante da necessidade das interações e das brincadeiras na prática pedagógica com as crianças dessa etapa da Educação Básica. Foram momentos marcados por silêncios nos encontros e pela falta de retorno de considerável parte das docentes no ambiente virtual, o que escancara as dificuldades do trabalho remoto e os desafios de manutenção de processos formativos qualificados e dialógicos não somente em um contexto de pandemia, mas que seja contínuo.

**Palavras-chave:** Formação continuada, Educação infantil, Ensino remoto, Pandemia.

### INTRODUÇÃO

No final de 2019, o mundo ficou em alerta após a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter sido notificada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China. Tal quadro de saúde se devia por uma onda de infecções de uma nova cepa do coronavírus, até então não identificada em seres humanos. Em janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o nível máximo de alerta da organização, conforme Regulamento Sanitário Internacional (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020).

Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi elevada ao patamar de pandemia pela OMS, sendo decretado estado de emergência e calamidade pública, devido aos crescentes casos de

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. E-mail: [valdeirvasconcelos6@gmail.com](mailto:valdeirvasconcelos6@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Professor da Faculdade de Ciências da Educação (FACED-ICH-UNIFESSPA). E-mail: [walberchristiano@gmail.com](mailto:walberchristiano@gmail.com).

peessoas infectadas em todo território nacional (Brasil, 2020a), alterando rotinas e estilos de vida da população, exigindo o isolamento social como medida protetiva para conter o avanço da doença.

As pessoas tiveram que adquirir novos hábitos, tal como o distanciamento social, o uso de máscaras e a adoção da tecnologia como instrumento tanto no trabalho quanto na comunicação com amigos e familiares. Cada indivíduo sentiu esta ruptura com costumes e padrões de uma forma (Noal et al., 2020).

Nesse contexto, o fechamento das escolas devido à necessidade de isolamento social no combate à disseminação da Covid-19 fez com que gestores, professores, pais e alunos revessem os métodos de ensino e aprendizado, aceitassem os desafios que foram impostos e reinventassem a si mesmos e as metodologias para darem a continuidade ao processo de educação (Monteiro & Pereira, 2020).

Assim, o Brasil e no mundo o cenário educacional, a partir de março de 2020, mudou de maneira radical com a pandemia do Covid-19. A educação, que antes desse período já demandava muita atenção dos profissionais da educação, agora exige ainda mais um olhar atento e de acolhimento aos alunos, haja vista ser imprescindível repensar as práticas educacionais que emergiram do distanciamento social causado pelo fechamento das escolas no Brasil e no mundo inteiro. Vista essa situação, no Brasil e no mundo foi adotada a modalidade de Ensino Remoto em todos os níveis de Ensino.

Diante do exposto, este trabalho busca discorrer acerca da continuidade das aulas em tempos de pandemia da covid-19 e analisar o processo de formação dos professores, buscando compreender como foram desenvolvidas as aulas na modalidade do ensino remoto no ensino infantil no município de Marabá – Pará. Diante deste cenário descrito, este estudo tem por finalidade contribuir cientificamente para a área da Educação Infantil, no que concerne à formação docente no contexto do Ensino Remoto

## **METODOLOGIA**

Para a fundamentação e elaboração deste artigo, foi realizada uma Revisão Narrativa (RN), a qual consiste na pesquisa de uma gama de fontes que abordam o tema proposto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise das publicações científicas disponíveis. Este tipo de revisão não utiliza critérios definidos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura – a fonte de informações não precisa ser esgotada e não se exige um protocolo rígido de confecção (Cordeiro et al., 2007).

A RN é uma metodologia simples de pesquisa, na qual há mais liberdade para redigir o manuscrito, uma vez que permite a opinião do autor. Essa abordagem constitui uma investigação qualitativa, na qual o pesquisador coleta as informações, analisa e formula a conclusão, atuando diretamente em cada etapa da elaboração do trabalho (Ribeiro, 2014).

A abordagem utilizada será a qualitativa exploratória. Assim explica o professor Deslauriers (1991):

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, P.58).

Desse modo, o foco do pesquisador deve estar pautado na parcialidade na produção do conhecimento científico. O estudo qualitativo pode, ser conduzido através de vários caminhos, neste trabalho a estratégia de pesquisa adotada é o estudo de casos. Semelhantemente, para com Godoy (1995, p. 25) “o estudo de casos se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo o objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa o exame de um ambiente, um simples sujeito ou de uma situação em particular”. Ele por objetivo “proporcionar uma vivencia de realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real” (GODOY, 1995, p. 25). Assim, o propósito do estudo de casos, como tipo de pesquisa, é analisar intensivamente uma dada unidade social.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 205 e 206 versa a respeito do direito à educação, da igualdade no processo educativos e dos princípios que regem o acesso a esse direito considerado fundamental:

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - **igualdade de condições** para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - **gratuidade do ensino público** em estabelecimentos oficiais;

Porém, apesar de nitidamente expresso em nossa Carta Magna, o que se observa na prática, em relação a Educação Infantil ainda é algo contraditório. Nesse contexto, o ensino infantil teve um grande impacto com as inovações metodológicas e psicológicas decorrentes da implantação do Ensino Remoto Emergencial – ERE (Pereira, Queiroz & Araújo, 2021). A pandemia de Covid-19 desencadeou o isolamento social no Brasil e no mundo como medida sanitária para contenção do vírus. Para Behar (2020, s.p), pelo caráter excepcional do contexto de pandemia, esse novo formato escolar é chamado de Ensino Remoto Emergencial (ERE), “uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro”.

Seguindo essa mesma óptica, a Declaração de Salamanca acentua que:

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter níveis adequados de aprendizagem, escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constitui os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação afetiva à maioria das crianças e aprimoram a 26 eficiência em última instância o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p.134).

Diante dessa situação a sociedade, em todos os níveis, buscou alternativas para adaptar-se as novas formas de viver, trabalhar, estudar e desenvolver as diversas atividades, que antes, eram realizadas em coletividade (Santos, 2020). Com o avanço do novo coronavírus, o fechamento das escolas foi adotado como medida sanitária para contenção do vírus. O fechamento deu-se a partir do decreto das Portarias Nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020a) e Nº 544, de 16 de junho de 2020 (Brasil, 2020b) e da Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020 (Brasil, 2020c), que preveem a substituição, ou seja, a continuidade das aulas, antes presenciais, por meios tecnológicos digitais.

Essa estratégia foi adotada para que os estudantes não fossem prejudicados e perdessem o ano escolar. As atividades remotas foram assumidas oficialmente pelas instâncias governamentais - com aprovação do Parecer nº 5/2020 em abril de 2020, pelo Conselho Nacional de Educação - de modo a regulamentar as práticas escolares durante o período de pandemia, validando a utilização de atividades pedagógicas a distância, inclusive nas instituições de educação infantil.

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico,



recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (BRASIL, 2020, p. 9).

A partir de então, as atividades não presenciais nesta etapa têm sido alvo de muitos debates, sendo necessário um olhar mais apurado e atento e a busca constante por caminhos possíveis e qualificados, mesmo diante de limitações diversas:

[...] apresenta-se como objetivo geral do Projeto de Formação Continuada de professores da Educação Infantil promover espaços de estudo, reflexão e discussão, de modo a aprofundar os conhecimentos acerca do currículo da Educação Infantil, apoiando e orientando o planejamento de práticas pedagógicas qualificadas, significativas e adequadas ao contexto de atividades não presenciais (SJR, 2021, p. 5).

Diante deste cenário, professores e alunos foram obrigados a se apropriarem de ferramentas digitais para seguir com o ensino, por isso tornou-se necessária a existência de um ambiente online que centralizasse o processo de construção do conhecimento.

As práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais requeridas por uma dada comunidade social. Assim, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão. Faz-se saber que a escola é um espaço pensado para o desenvolvimento dos sujeitos nem diversos aspectos, sejam eles sociais, culturais, emocionais e intelectuais. Assim:

Enquanto ensino continuo buscando, “reprocurando”. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32)

Dessa forma, com o distanciamento social, em função da pandemia da covid-19, se fez necessário dar continuidade ao ensino de forma diferenciada, de modo a buscar alternativas que pudessem envolver a comunidade escolar, a fim de evitar maiores prejuízos na formação dos alunos da Educação Especial. Nesse aspecto, os educadores, que são agentes de transformação e responsáveis por proporcionar um ensino voltado para a realidade dos alunos, precisam inserir-se na dinâmica e espaço que o cenário atual exige. Nesse contexto, os mesmos precisaram ressignificar as suas práticas pedagógicas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem. Em consonância a essa ideia de reinvenção

Assim, diante de um, contexto pandêmico, para Libâneo (2014) algumas dificuldades foram evidenciadas a partir da formação docente, que teve de se valer de atividades on-line na busca por novas formas de reinventar suas práticas, ressignificando seus conhecimentos para contemplar a nova demanda:



O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias (LIBÂNEO, 2014, p. 4).

Contudo, essa mudança, repentina, mostrou uma fragilidade muito grande: a falta preparo de professores e alunos para dar continuidade às aulas. Apesar do País promover a continuação das aulas, com uso das tecnologias digitais de comunicação e informação, Cordeiro traz a seguinte reflexão:

É preciso reconhecer que o país ainda está longe desse cenário, dado que muitas escolas enfrentam o desafio da conectividade, há grande heterogeneidade no acesso a recursos tecnológicos entre classes sociais e muitos professores não possuem formação específica para lidar pedagogicamente com os recursos tecnológicos. (CORDEIRO, 2020, p.12)

Nesse mesmo sentido, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação preconizam a educação como direito e reforçam o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 2010; BRASIL, 1996). É sabido que, historicamente e em situações normais, esse direito já é negado a muitos pela desigualdade social marcante na sociedade brasileira. Com efeito, para alguns estudantes estar na escola é um desafio que antecede a aprendizagem. A esse respeito, Santos (2014, p. 83) traz à tona uma importante discussão:

Não basta ter acesso ao computador conectado à internet. É preciso, além de ter acesso aos meios digitais e sua infraestrutura, vivenciar a cultura digital com autoria criadora e cidadã. Saber buscar e tratar a informação em rede, transformar informação em conhecimento, comunicar-se em rede, produzir textos em várias linguagens e suportes são saberes fundamentais para a integração e autoria na cibercultura.

Freire (2007) aponta que a formação permanente precisa ser contextualizada para dar conta das demandas profissionais:

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica (FREIRE, 2007, p. 39).

Fica nítido, portanto, que boa parte dos usuários que possuem acesso à rede mundial de computadores (internet) a utilizam com fins meramente recreativo e para que se possa operacionalizar as ferramentas com intuitos a título de informações requer um conhecimento e compreensão mais apurados sobre as tecnologias.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se compreender os espaços e as configurações de como são feitas as formações dos professores da educação infantil do município de Marabá no período da pandemia do COVID 19, tais como, conseguir uma análise acerca do modelo de aula aplicada (on-line), saber se os professora passaram antes por um processo de formação e qual foi esse processo, além de verificar como se desenvolveu e quais resultados foram adquiridos em sala com os alunos.

A explanação desse trabalho pretende mostrar a importância de se trabalhar a formação continuada, obtendo a qualidade no processo educacional de forma significativa e dinâmica. É necessário destacar que a formação continuada, para se fazer eficaz, deve valer-se de ferramentas capazes de proporcionar valores educacionais através de recursos pedagógicos.

Para Freire (MIZUKAMI, 1986, apud p. 10):

“O educador é o que educa os educando, os que são educados; o educador é o que sabe, os educando, os que não sabem; o educador é o que pensa, os educando, os pensados; o educador é o que diz a palavra, os educando, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina, os educando, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção, os educando, os que seguem a prescrição; o educador é o que atua, os educando, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; o educador escolhe o conteúdo programático, os educando, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educando, estes devem adaptar se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo, os educando, meros objetos” (FREIRE, 1970, p. 59).

Assim, a abordagem tradicional no que se refere ao atual sistema de ensino, mantém a educação somente como mercadoria, e não como ferramenta de transformação social. Pode-se perceber que, para Freire, a educação o processo educacional é muito mais do que lançar conteúdo, vai muito além da transmissão verbal dos conhecimentos.

Assim, são diversas as possibilidades no que se refere a recorrer a esse mecanismo. O professor deve preparar antes um roteiro de aula, separar os materiais dos quais serão utilizados nas brincadeiras e dividir periodicamente cada espaço, pois a aprendizagem é tão importante

quanto a interação social e se estabelece como uma ferramenta pedagógica de máxima importância dentro da sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao professor ocorre a responsabilidade de ensinar, algo que encontrou diversas dificuldades e muitos desafios em decorrência da pandemia da Covid-19. Foi preciso se reinventar, adaptar-se à frente de todo o resto da sociedade às opções tecnológicas de transmissão do conhecimento e de novas formas de abordagem dos conteúdos a serem lecionados. Porém, o contato com os alunos da educação infantil é algo fundamental, pois fortalece os laços entre pais, professores e toda a comunidade escolar em prol da evolução dos mesmos. A pandemia como uma forma de reforçar a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem, pois, foi preciso que se readequara-se sua maneira de educar em virtude das transformações vivenciadas em seu cotidiano.

Portanto, apesar de um cenário atípico e desafiador, pode-se afirmar que houve avanços nos processos de desenvolvimento das crianças e que, na medida do possível, o ensino remoto conseguiu fazer com que os alunos, mesmo fora do ambiente físico escolar, adquirissem conhecimentos e habilidades essenciais nessa etapa do processo educativo.

É necessário de ter uma formação consistente, não se deixar abater pelas dificuldades logísticas ou emotivas, mas buscar metodologias de aprendizagem é crucial para se chegar a determinados objetivos, que é torna o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo, lúdico e dinâmico. Dessa forma, a pesquisa apresenta como limitação a metodologia utilizada, tendo em vista uma vez que não se detalhou o processo sistemático de busca e seleção dos documentos, gerando viés. A temática é recente e abre espaço para novas pesquisas, debates e reflexões. Nesse contexto, a presente monografia buscou despertar na sociedade um senso crítico acerca da temática, pois o assunto é pouco conhecido, ou, se conhecido, tratado com pouca relevância.

## REFERÊNCIAS

BEHAR, Patricia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-aeducacao-a-distancia/>. Acesso em 12 de abril de 2023.



BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 de abril de 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1o de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://abre.ai/bgvH>. Acesso em: mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2020.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N.º 9.394 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://abre.ai/bgvB>. Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC no 343, de 17 de março de 2020, no 345, de 19 de março de 2020, e no 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/9inmB8v>. Acesso em 15 de junho de 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na Educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino. Artigo científico – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Rural e Tecnológico Dados da Amazônia – IDAAM.** Amazônia, 2020. Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acessado em: 01 fev. de 2023.

DESLAURIERS, J. P. (1991). **Recherche qualitative - Guide pratique.** Montreal: McGraw-Hill.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de administração de empresas, v.35, n.2. 57-63, 1995.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora.** São Paulo: Cortez, 2014.



Noal, D. S., Passos, M. F. D., & Freitas, C. M. (2020). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2020, 342p. [https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/10/livro\\_saude\\_mental\\_covid19\\_Fiocruz.pdf](https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/10/livro_saude_mental_covid19_Fiocruz.pdf)

SANTOS, B. S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: White Books, 2014.

SJRP. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. Secretaria Municipal de Educação. **Registro Reflexivo do 6º Encontro de Formação Continuada - Educação Infantil**. São José do Rio Preto: SME de SJRP, 2021g.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf) Acesso em: 10 de abril de 2023.

VILLAS BÔAS, L.; UNBEHAUM, S. (Coor.). **Educação escolar em tempos de pandemia**. Informe 1. Fundação Carlos Chagas. 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-depandemia-informe-n-1>. Acesso em 15 de março de 2023.